

## POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES E PROPÓSITOS <sup>60</sup>

Adriana Rocha Vilela Arantes<sup>61</sup>

### RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as concepções de políticas públicas como processo decisório governamental para defender os interesses públicos. Deste modo procuraremos responder o que é política? Como são definidas as políticas públicas? De que maneira as políticas públicas permeiam a sociedade? O que é Estado? Qual o papel do governo? Segundo Azevedo (2001) no início dos anos 80 os estudos sobre as políticas públicas passaram a ganhar uma centralidade no Brasil possibilitando a afirmação de um campo investigativo a respeito da temática, campo este vinculado, sobretudo, à ciência Política e Sociologia. De acordo com Dias e Matos (2012) as políticas públicas são definidas de várias formas, deve ser levado em consideração que tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social. Discutir políticas públicas é importante para entender a maneira pela qual elas atingem a vida cotidiana, o que pode ser feito para melhor formatá-las e quais possibilidades de se aprimorar na sua fiscalização. A metodologia utilizada será realizada a partir de uma visão dialética, assumida por Konder (1981), como o modo de compreendermos o movimento do real, a dinâmica interna dos elementos que são negados pelo seu contrário e que, por sua vez, são negados e superados por novos elementos, em uma seqüência de afirmação e superação. Pra fundamentar teoricamente este trabalho os autores serão DIAS e MATOS (2012); SOUSA (2006); SECCHI (013), AZEVEDO(2001); KONDER(1981) entre outros. O texto apresenta primeiramente a(s) concepção (ões) de política. Depois procura definir as Políticas públicas. Compreender de que maneira as políticas públicas permeiam a sociedade. Reconhecer o que é Estado. Compreender o papel do governo.

Palavras Chaves: Política, Políticas públicas, Estado e Governo

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar as concepções de políticas públicas como processo decisório governamental para defender os interesses públicos.

<sup>60</sup> Trabalho apresentado no EDIPE 2017

<sup>61</sup> Mestre em Políticas Públicas pela PUC GOIÁS, Docente da Universidade Estadual de Goiás, Diretora Geral da Faculdade Católica de Anápolis.

Deste modo procuraremos responder o que é política? Como são definidas as políticas públicas? De que maneira as políticas públicas permeiam a sociedade? O que é Estado? Qual o papel do governo?

De acordo com Dias e Matos (2012) as políticas públicas são definidas de várias formas, deve ser levado em consideração que tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social.

Segundo Azevedo (2001) no início dos anos 80 os estudo sobre as políticas públicas passaram a ganhar uma centralidade no Brasil possibilitando a afirmação de uma campo investigativo a respeito da temática, campo este vinculado, sobretudo, à ciência Política e Sociologia.

O entendimento de política pública é, portanto, inserido, embora não exclusivamente, no conjunto das ordenações e intervenções do Estado o que demarcou desde o início a perspectiva deste trabalho.

Discutir políticas públicas é importante para entender a maneira pela qual elas atingem a vida cotidiana, o que pode ser feito para melhor formatá-las e quais possibilidades de se aprimorar na sua fiscalização.

A análise desse trabalho será realizada a partir de uma visão dialética, assumida por Konder (1981), como o modo de compreendermos o movimento do real, a dinâmica interna dos elementos que são negados pelo seu contrário e que, por sua vez, são negados e superados por novos elementos, em uma seqüência de afirmação e superação.

O texto apresenta primeiramente a(s) concepção (ões) de política. Depois procura definir as Políticas públicas. Compreender de que maneira as políticas públicas permeiam a sociedade. Reconhecer o que é Estado. Compreender o papel do governo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia desse trabalho foi de caráter qualitativo na perspectiva de Lüdke e André (1986), por entender que, ao se orientar pelo enfoque

qualitativo, o pesquisador tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo.

Pode-se definir, segundo Gil (2002), pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema

Há muitas razões que determinam a realização de uma pesquisa. Podem, no entanto, ser classificadas em dois grandes grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras decorrem do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer. As últimas decorrem do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

O levantamento documental e bibliográfico é subsídio fundamental para a análise de conteúdos que possibilitem uma melhor explicação do texto escrito e do seu discurso ideológico (BELLONI, MAGALHÃES e SOUZA, 2001, p.55).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. E em muitas situações, não há outra maneira de conhecer fatos passados se não com base em dados bibliográficos (GIL, 2002, p.45).

Segundo Marconi e Lakatos (1999), pesquisas teóricas são realizadas levando em conta o material já tornado público em relação ao estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, teses, monografias, material cartográfico. Além disso, existem as Bibliotecas virtuais. Este tipo de pesquisa tem por finalidade colocar em contato direto o pesquisador com tudo que foi escrito sobre o tema, onde poderá selecionar o material mais adequado a ser utilizado.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES E PROPÓSITOS**

Barroso ( 2005 ) afirma que a problemática da reforma e reestruturação do Estado constitui, principalmente a partir dos anos 80 do século XX, um tema central do debate político, num conjunto alargado de países, em todos os continentes, e está na origem de medidas políticas e legislativas, muito diversas, que afetaram a administração pública em geral e, conseqüentemente, a educação.

Para Secchi (2013) nas últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área.

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos problemática da reforma e reestruturação do Estado constitui, principalmente a partir dos anos 80 do século XX, um tema central do debate político, num conjunto alargado de países, em todos os continentes, e está na origem de medidas políticas e legislativas, muito diversas, que afetaram a administração pública em geral e, conseqüentemente, a educação. É o caso, por exemplo: da descentralização; da autonomia das escolas; da livre escolha da escola pelos pais; do reforço de procedimentos de avaliação e prestação de contas; da diversificação da oferta escolar (cada “público” sua escola); da contratualização da gestão escolar e da prestação de determinados serviços etc; governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra

por políticas restritivas de gasto. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SECCHI,2013,p.3) .

De acordo com o autor, a partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade.No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública.

Para melhor compreensão definiremos alguns conceitos importantes para continuar essa discussão. Primeiramente vamos discutir a concepção de política a partir de vários autores.

### **Concepção de Política**

Segundo Sousa (2006) alguns países encontram dificuldades na distinção de alguns termos essenciais das ciências políticas. Na língua portuguesa, o termo política pode assumir duas conotações principais: politics e policy.

Na concepção de Bobbio (2002, apud, Sousa 2006), politics é atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem.

Para Dias e Matos (2012) o termo politics refere-se ao conjunto de interações que definem múltiplas estratégias entre atores para melhorar seu rendimento e alcançar certos objetivos. Refere-se à política entendida como a construção do consenso e luta pelo poder.

Para Sousa (2006) o segundo sentido da palavra política é expresso pelo termo policy em inglês. Para ele essa é a mais concreta e a que tem a relação com as orientações para a decisão e ação.

O termo *policy* é entendido também por Dias e Matos (2012) como ação do governo. Constitui atividade social que se propõe e assegura, por meio da coerção física baseada no direito, a segurança externa e a solidariedade interna de um território específico, garantindo a ordem e providenciando ações que visam a atender às necessidades das sociedades. Dias e Matos (2012) no que diz respeito ao termo “política”, a definição clássica foi herdada dos antigos gregos, no século 4 a.C, através da obra de Aristóteles Política. O conceito de política é derivado do adjetivo originado de polis (politikos), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social. O autor indica outro modo, o conceito de política “é habitualmente empregado para indicar atividade ou conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a polis, isto é, o Estado.

A política é associada à ação do governo “como a atividade através da qual são conciliados os diferentes interesses, dentro de uma participação no poder, proporcional à sua importância para o bem-estar e a sobrevivência de toda a comunidade” DIAS e MATOS, 2012, p.3). Assim, deve ser entendida como uma forma de governar sociedades divididas, sem o uso indevido da violência.

### **Políticas Públicas**

A expressão “política pública” engloba vários ramos do pensamento humano, sendo interdisciplinar, pois sua descrição e definição abrangem diversas áreas do conhecimento como Ciências Sociais Aplicadas, a Ciência Política, a Economia e a Ciência da Administração Pública, tendo como objetivo o estudo do problema central, ou seja, o processo decisório governamental( Dias e Matos, 2012).

As políticas públicas são o resultado da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados, por isso envolvem mais de uma decisão política.

Não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.<sup>2</sup> A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz(SOUSA, 2006, p.23).

De acordo com Sousa (2006) pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Quando se enfoca as políticas públicas em um plano mais geral e, portanto, mais abstrato isto significa ter presente estruturas de poder e dominação, os conflitos infiltrados por todo o tecido social e que têm no Estado o *locus* da sua condensação, como sugeriu (POULANTZAS, apud AZEVEDO, 2001, p.5).

Azevedo (2001) afirma que em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente.

De acordo com a autora (2001) outra importante dimensão que se deve considerar nas análises é que as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da

sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria.

Uma política pública implica o estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas à solução de problemas públicos e ou à obtenção de maiores níveis de bem-estar social. Resultam de processo de decisão surgido no seio do governo com participação da sociedade civil, onde são estabelecidos os meios, agentes e fins das ações a serem realizadas para que atinjam os objetivos estabelecidos, afirmam Dias e Matos (2012).

Dentro do campo específico da política pública, a autora Celina Sousa (2006) cita alguns modelos explicativos que foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos. Muitos foram os modelos desenvolvidos sobre os principais tipos das políticas públicas.

Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuros para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (SOUSA, 2006, p 28).



É possível perceber que as políticas públicas podem ser distributivas, regulatórias, redistributivas, constitutivas.

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas podemos extrair e sintetizar seus elementos principais (SOUSA, 2006, P.36):

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Sousa (2006) afirma que as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas ficando, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação e à análise dos pesquisadores.

As análises sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre que espaço cabe aos governos na sua definição e implementação.

Segundo os autores o Estado é sujeito pelo fato de pertencer à esfera da política, com atos como o de comandar ou proibir algo, ou exercício do domínio exclusivo sobre um determinado território, o de legislar com normas válidas que se impõem a todos, o de extrair e distribuir recursos de um setor para outra sociedade e assim por diante. O Estado é objeto de ação quando partem da sociedade civil iniciativas que visam a influenciar de alguma forma a ação do Estado.

## O Estado

Segundo Dias e Matos(2012) o Estado é um fenômeno político que, tal qual é conhecido hoje, surge no século XVI quando consolida o poder real que se impõe sobre outros poderes como nobreza, os parlamentos, as cidades livres e a igreja. Primeiramente, o Estado Moderno surge em sua forma absolutista, onde o rei é o soberano absoluto; no final do século XVIII, com a Revolução Francesa de 1789, surge o estado-nação que se consolida no século XIX e onde o povo é o soberano. Este Estado-nação se mantém até os dias atuais e é a formação reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Quando utilizamos a palavra “Estado” estamos nos referindo à totalidade da sociedade política, ou seja, o conjunto de pessoas e instituições que formam a sociedade juridicamente organizada sobre determinado território, afirmam Dias e Matos (2012).

Para os autores o Estado está presente em toda parte, “o lugar que ele ocupa em nossa vida cotidiana é tamanha que não poderia ser retirado dela sem que ao mesmo tempo ficassem comprometidas nossas possibilidades de viver, sua autoridade se faz sentir sob diversas formas.

Os princípios fundamentais do Estado Brasileiro estão previstos na Constituição Federal de 1988, no título I, que trata dos princípios fundamentais (art. 1º a 4º) e no título II, que versa sobre os direitos e garantias fundamentais (art. 5º). Antes, porém, de discutir cada princípio separadamente é necessário tecer algumas considerações sobre o Estado (democrático) de Direito conforme foram citados por Sousa (2010).

No final do século XIX e início do século XX, demais transformações mundiais corroboraram com o pensamento de um Estado de Direito que observasse os aspectos sociais. Neste período a própria sociedade e o Estado são responsáveis pela hipossuficiência do indivíduo, atualmente chamado de Estado Democrático de Direito.

Para Sousa (2006) o Estado nada mais é do que uma criação lingüística de origem alemã e francesa, apesar das divergências existentes entre um local

e outro, entendo que surgiram nos dois locais, em razão de dadas circunstâncias ocorridas em cada país e em toda a Europa. Por isso, tal instituto surge no cenário mundial por um anseio de existência de um Estado liberal em função do Estado absolutista vivido nesta época.

O Estado é considerado um dos principais fundamentos da República Federativa do Brasil, porque é um organismo estruturado de forma politicamente organizada, cujo poder emana do povo que os exerce direta (por meio de seus representantes) ou indiretamente, mediante sufrágio universal pelo voto direto e secreto (art. 1º, § único e 14, da CF).

O Estado possui acesso a um número limitado de recursos que devem ser utilizados para atender s um número significativo de demandas da sociedade. O Estado é...

... responsável pela ordem, pela justiça e pelo bem comum da sociedade. Para tanto deve legislar (criar e manter em dia uma ordem jurídica eficaz); administrar (prover através de diversos mecanismos legais e executando os serviços públicos, as necessidades da comunidade) e julgar (resolver pacificamente de acordo com a lei, os conflitos e interesses que possam surgir e decidir qual é a norma aplicável em caso de dúvida) (DIAS E MATOS, 2012, p. 7).

Assim, para desempenhar suas funções essenciais o Estado precisa definir bem suas prioridades e assegurar a implementação efetiva das políticas públicas.

### **O papel dos governos**

De acordo com Pena (2017) entende-se por **Estado** a unidade administrativa de um território. Não existe Estado sem território. O Estado é formado pelo conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem (ao menos em tese) os anseios da população que habita o seu território. Entre essas instituições, podemos citar o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos, o exército, dentre outras.

Dessa forma, o **governo** seria apenas uma das instituições que compõem o Estado, com a função de administrá-lo. Os governos são transitórios e

apresentam diferentes formas, que variam de um lugar para outro, enquanto os Estados são permanentes (ao menos enquanto durar o atual sistema capitalista. (PENA, 2017).

Debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Segundo Dias e Matos (2012) o governo é o principal gestor dos recursos e que garante a ordem e a segurança providas pelo Estado. O governo é obrigado a atender e resolver problemas e levar adiante o processo de planejamento, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas que sejam necessárias ao cumprimento de modo coordenado e permanente dessa função que lhe delegou a sociedade.

É importante compreender que o conceito de políticas públicas inclui tanto temas de governo como do Estado. As políticas públicas geralmente são realizadas pelo governo.

Segundo Dias e Matos (2012) as política públicas são resultado da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política. Os governos têm por objetivo garantir que sejam atingidos os fins para os quais foi criado o Estado.

Os autores acima citados consideram que uma política pública pode ser considerada um programa de ação de um governo, que pode ser executada pelos próprios órgãos governamentais ou por organizações do terceiro setor ( ONGs, OSCIPs, fundações, etc) investidas de poder público e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o Estado ( como , por exemplo, a agências de desenvolvimento).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a complexidade das sociedades modernas, que incluem uma maior diversidade de demandas da sociedade com o Estado, torna-se necessário

compreendermos as políticas públicas para que possamos melhor intervir na realidade social.

Espera-se com este texto fazer com que as pessoas compreendam melhor sobre o que é política e suas várias concepções. O que são políticas públicas, como funcionam, tipologias, o papel do Estado, sua função, sua concretização por meio da ação dos governos. E como sociedade civil poderemos ter uma participação na aprovação, seleção e avaliação das políticas públicas como preocupação do bem comum.

Que no âmbito dos governos locais, com o conhecimento da sociedade civil, possam surgir políticas públicas com mais rapidez para atender a necessidade política da comunidade devido à maior proximidade do poder político.

E para finalizar que haja mudança de atitude na sociedade na abordagem ou concepção de políticas.

## **ABSTRACT**

The objective of this study is to analyze the conceptions of public policies as a governmental decision-making process to defend public interests. In this way will we try to answer what is politics? How are public policies defined? How do public policies permeate society? What is State? What is the role of the government? According to Azevedo (2001), in the early 1980s public policy studies began to gain a centrality in Brazil, making possible the affirmation of an investigative field on the subject, a field that is linked above all to political science and sociology. According to Dias and Matos (2012) public policies are defined in various ways, it must be taken into account that both politics and public policies are related to social power. Discussing public policies is important for understanding how they reach everyday life, what can be done to better shape them, and what possibilities to improve in their enforcement. The methodology used will be based on a dialectical view, assumed by Konder (1981), as the way to understand the movement of the real, the internal dynamics of the elements denied by its opposite and which, in turn, are denied and surpassed by new elements, in a sequence of affirmation and overcoming. In order to base this work theoretically, the authors will be DIAS and MATOS (2012); SOUSA (2006); SECCHI (2013), AZEVEDO (2001); KONDER (1981) among others. The text first presents the policy design (s). Then try to define the Public Policies. Understand how public policies permeate society. Recognize what is State. Understand the role of government.

Key Words: Politics, Public Policies, State and Government

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 92, 2005.
- BELLONI, MAGALHÃES e SOUZA. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 3ª edição, SP. Corte, 2001.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. “Investigações qualitativas em educação”. In: *Investigação qualitativa em educação; uma introdução à teoria dos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.
- DIAS R.; MATOS, F. “O conceito de política pública” In: DIAS, R e MATOS, F. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 1-21.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- SECCHI, L. “Introdução às políticas públicas” .In: SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013, p.1-15.
- SOUZA, Celina. POLÍTICAS PÚBLICAS: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº16, jul./dez. 2006, p.20-45.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética* . 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LUDKE, Menga; ANDRE Marli. *Pesquisa em educação: abordagem qualitativa*. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCONI, Marina Eva de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 40ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PENA, Rodolfo F. Alves. "Estado, Nação e Governo"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/estado-nacao-governo.htm>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.